

A economia foi mais forte do que a crise

A economia brasileira resistiu bem à crise política. Quando Fernando Collor deixou a Presidência, ontem, a imprensa registrava uma inflação pouco mais alta que a de junho, sem risco de explosão, uma grande sobra de caixa no Tesouro e perspectiva de superávit na Previdência.

O aumento da inflação se explica principalmente por fatores estranhos ao caso PC Farias. Os preços agrícolas, deprimidos no primeiro semestre, voltaram aos níveis médios dos últimos cinco anos. A incerteza quanto ao desfecho da crise alimentou alguma especulação. A remarcação de preços, no atacado, intensificou-se em agosto e setembro, mas o reflexo no varejo foi limitado pelo baixo nível de consumo. A massa de salários cresceu neste ano, segundo os dados do IBGE, mas o desemprego continuou a aumentar, na indústria, e isso manteve os consumidores pouco propensos a gastar.

O quadro geral da economia pouco mudou. A recessão persiste, embora alguns ramos da indústria indiquem maiores vendas. A política monetária continua a funcionar, com alguma eficácia, o Tesouro se mantém superavi-

tário — houve uma sobra de caixa de Cr\$ 2,17 trilhões em setembro — e não há problemas visíveis no balanço de pagamentos. Numa grave crise política, seria compreensível uma sangria de reservas cambiais. No entanto, as reservas continuaram a crescer, embora tenham diminuído os ingressos financeiros. O superávit comercial tem sido suficiente para alimentar o estoque oficial de dólares, agora acima de 22 bilhões.

Se não houve uma piora substancial, também não se resolveu nenhum problema. O acordo com os credores e a boa vontade exibida, no mês passado, pelo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, devem ser avaliados com muita cautela. Significam, antes de mais nada, confiança na disposição brasileira de realizar uma série de reformas de longo alcance. Embora interessados em pôr um ponto final na crise da dívida — só faltava acertar a situação brasileira —, os banqueiros não poderão sancionar o acordo sem alguma segurança quanto às intenções do governo brasileiro.

Durante a crise, no entanto, a ques-

tão da reforma fiscal e tributária, fundamental para qualquer avanço na política econômica, ficou praticamente congelada. O Congresso recebeu propostas do Executivo, mas nada ou quase nada se fez para o encaminhamento do assunto. Aquelas propostas nem mesmo valiam como projeto. Este deveria ser montado pelos parlamentares.

As possibilidades de uma ampla reforma, neste ano, são nulas ou quase nulas. Mas algum acerto será indispensável, ou o governo enfrentará enormes dificuldades no próximo ano. Quanto a isto é possível falar em consenso. Não se sabe exatamente que projeto poderá ser apresentado, mas terá de ser razoavelmente simples, enxuto e de fácil aprovação. Não por acaso, o ajuste fiscal de emergência aparece em primeiro lugar no documento divulgado, ontem, com os 13 pontos básicos da política econômica. O segundo é "uma política fiscal e financeira rígida". Como primeiras medidas, nada mais prudente. Mas uma solução duradoura para os problemas do setor público exige mais que medidas de emergência.